

Questão ambiental é só pretexto da cobrança pelo uso da água

Apesar do discurso do diretor-presidente da ANA (Agência Nacional das Águas), o projeto aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos prevê pequena participação da sociedade, necessita de vasta estrutura para uma cobrança efetiva e privilegia a visão financista da discussão sobre a água no Brasil

Maurício Hashizume
Brasília

O discurso do diretor-presidente da ANA (Agência Nacional das Águas), Jerson Kelman, em defesa da cobrança pelo uso da água no Brasil - aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos em meados de março - é inegavelmente consistente: "Não se trata de mais uma nova taxa. É uma forma de sinalizar para as empresas que suas respectivas ações no meio ambiente afetam todos os outros. O dinheiro arrecadado será arremetido para um fundo de recuperação dos rios". Hoje, são lançados cerca de 1 bilhão de litros de esgoto por dia na bacia do Paraíba do Sul, a primeira a ter a medida implantada. As cerca de 8 mil indústrias que retiram água da bacia (que passa pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) despejam 30 milhões de toneladas de resíduos por dia na mesma.

"Adotamos o modelo participativo francês de comitês com representantes de vários setores da sociedade. Na Inglaterra, onde a cobrança é bem menor, não há comitês nem programas de recuperação e o dinheiro se destina apenas aos custos administrativos da polícia das águas, encarregada da fiscalização dos rios", segue Kelman. A taxa, que será cobrada a partir do segundo semestre deste ano apenas para indústrias e empresas de saneamento, será de R\$ 0,02 para cada metro cúbico (mil litros) de água captada da bacia do Paraíba do Sul e devolvida suja ou não devolvida e de R\$ 0,008 por metro cúbico de água captada e devolvida limpa.

E quanto a possibilidade da taxa se tornar uma nova CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), que foi criada para fomentar o setor da saúde e acabou sendo uma importante fonte fiscal de renda para o governo federal? Com a palavra, o diretor-presidente da ANA: "A cobrança não se tornará uma CPMF porque é como uma contribuição de condomínio. Quem decide o destino dos recursos arrecadados são os próprios usuários, por meio dos comitês e das agências de bacia. O funcionamento desse ciclo garantirá que o dinheiro não seja utilizado para outros fins pelo Ministério da Fazenda".

Uma análise mais pormenorizada do projeto federal de cobrança pelo uso da água revela incoerências no discurso do diretor-presidente da ANA. Os comitês de bacia contam com a participação de 40% de usuários (industriais e representantes de empresas de saneamento), de 40% de governos (federal e municipal) e de apenas 20% da sociedade civil (ONGs, associações, sindicatos etc.). Abaixo do comitê de bacia, será criada uma agência, entidade de organização social privada, subordinada à União. O Conselho Nacional de

Recursos Hídricos tem autonomia para fixar os valores da cobrança e um contrato negociado entre o governo federal e o comitê é que estabelece algumas prioridades para o uso do dinheiro arrecadado.

No Ceará, por exemplo, onde a cobrança pelo uso da água já vêm sendo feita a alguns anos, o destino dos recursos ainda não foram aplicados em programas de recuperação e preservação do meio ambiente. "Por causa do problema da escassez, o dinheiro arrecadado com a cobrança pelo uso da água aqui no Ceará foi empregado na construção de obras hidráulicas. Pouco se fez pela recuperação ambiental propriamente dita", conta Giovana Cartaxo, da ONG (Organização Não-Governamental) Instituto Ambiental, de Fortaleza.

A participação da sociedade civil em todo o processo, na prática, também não parece ser tão efetiva quanto se orgulha Kelman. "No projeto federal, os usuários, no caso os industriais, têm grande peso dentro dos comitês de bacia. É como deixar uma raposa tomando conta de um galinheiro. Isso se torna ainda mais problemático se pensarmos que o acompanhamento, por ser o governo responsável pelas bacias do país inteiro, será distante", constata Mário Mantovani, diretor da Fundação SOS Mata Atlântica.

"O projeto do Estado de São Paulo é mais descentralizado. O comitê é tripartite (um terço de representantes do Estado, um terço composto pelo governo municipal e o outro terço de usuários é formado por representantes de empresas e sociedade civil) e o valor da taxa, definido com a participação de todos, é negociado para o uso específico em cada atividade", considera o deputado estadual Rodolfo Costa e Silva (PSDB), presidente da Comissão do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de São Paulo.

Outra preocupação apontada por Alcides Faria, biólogo e secretário-executivo da Coalizão Rios Vivos, uma associação internacional de ONGs, é a falta da estrutura da ANA para controlar a cobrança. "Na bacia do Paraíba do Sul, por exemplo, há muitas diferenças entre as regiões. Apenas em alguns lugares, as informações e dados sobre as indústrias já estão disponíveis e são confiáveis".

O biólogo lembra ainda que "a água não é citada em nenhum momento no projeto federal de cobrança pelo uso da água como um direito humano".

"O que houve, na verdade, foi um assassinato da lei (9.433, de 1997)", afirma Mantovani, da Fundação SOS Mata Atlântica. Com a aprovação da cobrança, a receita anual da taxa deve chegar a R\$ 14 milhões por ano. A ANA fixou um prazo de três anos para que todos os 5 milhões de consumidores estejam recolhendo a taxa. "Com essa aprovação, a visão financista prevaleceu sobre todas as outras. Os diferentes setores adotaram uma posição corporativa e só pensam em extrair vantagens econômicas da decisão. O foco de discussão está errado. Antes da cobrança, é preciso dar destaque ao aspecto ambiental, da importância fundamental da água".

Segundo dados do IBGE, apenas 33,5% dos domicílios têm coleta de esgoto "Pagamos hoje pelo serviço público de abastecimento e pela coleta de esgoto. O fato é que não temos o serviço completo. Principalmente no que diz respeito

à coleta e tratamento do esgoto. O Brasil vive uma situação aflitiva”. Pode até soar estranho, mas quem faz o diagnóstico é um membro importante do governo, o próprio Jerson Kelman, diretor-presidente da ANA.

Os números divulgados esta semana pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) refletem a situação retratada por Kelman. No Brasil, apenas 33,5% dos domicílios, de acordo com dados do ano de 2000, têm coleta de esgoto.

O aumento da quantidade de água não tratada distribuída para a população também é preocupante. De 1989 para 2000, o volume de água não tratada subiu 191%. O volume diário cresceu 57,9% (de 27,8 bilhões para 43,9 bilhões de litros), porém o percentual de água sem tratamento foi de 3,9% para 7,2% no mesmo período.

E nada melhor que o aval de uma instituição financeira multilateral para reforçar a realidade trágica do país. Para o técnico do Banco Mundial, Gabriel Azevedo, "os recursos para o saneamento básico no Brasil foram e continuam sendo apropriados pelos mais ricos”.

Para Fausto Longo, gerente de área técnica, infra-estrutura e meio ambiente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), a colaboração de todos os setores da sociedade para reverter a situação crítica do país na área de saneamento é agora necessária graças à "evidente incompetência do governo”.

Com audiência pública, deputado busca apoio para a aprovação de projeto paulista

Está marcada para o próximo dia 10 de abril, na Assembléia Legislativa de São Paulo, uma audiência pública na tentativa de mobilizar a sociedade para a aprovação do projeto estadual da cobrança pelo uso da água, que já está em sua segunda versão.

“O governo federal não pode sustentar sozinho essa lei de cobrança de águas. Estados e municípios precisam participar desse processo. É por isso que estamos trabalhando para que o projeto estadual seja aprovado logo”, defende Rodolfo Costa e Silva (PSDB), presidente da Comissão do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de São Paulo.

Para Costa e Silva, o projeto estadual é mais participativo e completo que o federal. “Mas não se pode apenas criticar a iniciativa da ANA. É preciso levar em conta que nós, em São Paulo, temos um projeto melhor, mas os outros Estados ainda estão engatinhando nesse processo”.

“Não queremos bater cabeça como no caso do Aedes Egypti, no qual nem a União e muito menos os municípios assumiram a responsabilidade pela epidemia de dengue. Queremos afastar a visão patrimonialista e estabelecer

licença, fiscalização e cobrança únicas”, promete Jerson Kelman, diretor-presidente da ANA.

HASHIZUME, M. **Questão ambiental é só pretexto da cobrança pelo uso da água.** Agência Carta Maior, Meio Ambiente, 30/03/2002